

UM BRASIL AMERICANO: RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA SALVADOR DE MENDONÇA

Américo Alves de Lyra Junior¹, americodelyra@uol.com.br / lyrajunior@dri.ufrr.br

Resumo

Este texto apresenta as impressões de Salvador de Mendonça sobre as relações dos Estados Unidos com a recém criada República brasileira. Essas impressões foram publicadas em artigos dos jornais *A República*, *A Legenda* e *O Imparcial*, bem como através de discursos políticos publicados no livro *A Situação Internacional do Brasil*.

Palavras-Chave: Salvador de Mendonça; Relações Interamericanas; Amizade Continental

Abstract

This paper presents the impressions of Salvador de Mendonça about the relations of the United States with the newly created Brazilian Republic. These impressions were published in articles of the newspapers *A República*, *A Legenda* and *O Imparcial*, as well as through political speech published in the book *Situação Internacional do Brasil*.

Keywords: Salvador de Mendonça; Inter-American Relations; Continental Friendship

Introdução

Este trabalho tem a finalidade de apresentar as impressões provocadas pela vida política e social dos Estados Unidos da América do Norte sobre Salvador de Mendonça e de como elas o motivaram em sua atuação diplomática na novel República brasileira, que ele representou como Ministro Plenipotenciário, naquele país. Mendonça deu forma às impressões citadas em artigos jornalísticos e discursos políticos, dos quais alguns foram utilizados no presente artigo. Desses, citamos os discursos na inauguração dos Museus Comerciais de Filadélfia em que a idéia de “uma amizade continental” permeia do começo ao fim. Reforça-se que, para a análise aqui empregada, a inserção internacional dos Estados Unidos e suas movimentações para o continente americano no final do século XIX são importantes porque forjam sentimentos variados nos americanos do sul, em especial, nos intelectuais. Dessa forma, o artigo se divide em dois momentos. Inicia com reflexões sobre aquele discurso e os elos que a “amizade continental” irrompe no quadro de idéias e representações de Mendonça, entendido como parte integrante de uma geração de sul-americanos que vivenciou a emergência estadunidense nas relações interamericanas. Em um

¹ Universidade Federal de Roraima, UFRR. Doutor em História pela Universidade de Brasília, UnB.

segundo momento, encerra-se com observações de Mendonça sobre o regime democrático no Brasil a partir de suas análises sobre a República porque, para o autor pesquisado, regime democrático e República significavam o mesmo conteúdo.

Salvador de Mendonça e a “amizade continental”: um quadro de idéias e representacional

Salvador de Mendonça comentou suas impressões acerca das relações internacionais das nações sul-americanas entre si e delas com os Estados Unidos, na inauguração dos Museus Comerciais de Filadélfia, na qualidade de orador do corpo diplomático da América do Sul. Mendonça, que discursou no dia 02 de junho de 1897, teve como ouvinte o presidente norte-americano William McKinley. O presidente ouviu o representante brasileiro sem saber que, este, estava se aproximando do fim de sua carreira diplomática na nação estadunidense.

Mendonça expunha sua fé na união americana, a qual se daria pelo progresso material das nações do continente. Expectativa esta, esposada por estadunidenses que desejavam ampliar sua participação comercial na América do Sul, o que denotava, também, uma reorientação na política externa dos Estados Unidos que, segundo Débora Bithiah de Azevedo (1998, p. 513), indica um momento da construção discursiva para se apresentar uma unidade americana e/ou comunidade pressuposta, a qual contemplava, ou não, a participação norte-americana. Salvador de Mendonça apresenta um discurso marcado por esses símbolos de unidade, com a participação estadunidense. A política externa dos Estados Unidos, igualmente, se preocupava com os interesses das potências européias nas décadas que encerravam o século XIX.

As nações européias concorriam entre si pela partilha do mundo. A África já se encontrava dividida e a demarcação da Ásia quase no estágio final. As disputas se davam devido a controles de mercados, territórios e recursos. Mas essas nações reclamavam uma missão civilizatória e cristianizadora. Robert Freeman Smith (2001, p. 615) argumenta que as potências européias moviam-se pela idéia imperial de poder e prestígio nacional. Tais potências intensificaram suas disputas comerciais, atingindo regiões não coloniais e temiam sua exclusão na busca de novos mercados.

Wolfgang Dopcke (2001, p. 115-116), por seu turno, entende o período compreendido entre os anos de 1871 e 1914 como de domínio europeu da economia mundial. Esta foi transformada em uma única economia global, orientada por relações sociais de tipo capitalista, como atesta o aumento do comércio internacional que afetava as relações econômicas entre os Estados. Dopcke afirma que, nesse período, não existiu qualquer

restrição a exportações de capitais ou repatriação de lucros. A respeito do desenvolvimento industrial norte-americano, pode-se indagar se aquele país se tornou líder industrial do mundo entre os anos de 1880 e 1900. O autor responde que este desenvolvimento não ameaçou o domínio europeu, pois os Estados Unidos cresceram para dentro de si mesmo, pois, até a Primeira Guerra Mundial, sua economia foi amplamente direcionada para o mercado interno.

Tem-se que, internamente, os governos das potências européias se protegiam por meio de arranjos unilaterais especiais no exterior. Estes arranjos, sobretudo os comerciais, prejudicavam outras nações como os Estados Unidos, que emergiam enquanto potência não-européia. A opinião pública norte-americana, na sua maioria, mostrava-se atenta e preocupada com a reordenação do mundo no fim do século XIX. Compreendia-se a necessidade de resguardar uma área tida como de sua influência: a América do Sul. Percebia-se, igualmente, a necessidade de enfrentar as condições internacionais colocadas pela rivalidade das potências européias.

Em um ambiente onde as potências européias disputavam seu quinhão do mundo, aquele discurso de Salvador de Mendonça era muito agradável aos ouvidos norte-americanos porque indicava a possibilidade de uma amizade continental baseada na prática do comércio. Nos Estados Unidos, inclusive, alguns líderes políticos criam na existência de uma cordialidade americana. Esses políticos apontavam, igualmente, para a possível construção de uma comunidade de interesses, posta sob a liderança estadunidense e que concorreria para estabelecer a ordem econômica, política e social no continente, que afastasse a sombra do poder europeu na América. Essa comunidade cimentaria as relações interamericanas através do comércio exterior, prática de relevância dos norte-americanos desde os tempos coloniais. O discurso de Salvador de Mendonça na inauguração dos Museus Comerciais de Filadélfia se inscreve nessa crença de cordialidade americana, a qual esbarrava nas desconfianças nutridas contra os Estados Unidos por países ibero-americanos. Os estadunidenses corroboraram para essas desconfianças ao se ausentarem dos processos de emancipação na América do Sul.

A ausência estadunidense permitiu a Inglaterra decidir, algumas vezes, a sorte de nações que lutavam por sua independência ainda na década de 1830. Oliveira Lima (s/d, p. 41-42; 44) informa em seu livro *História diplomática* que no reconhecimento do Império, os ingleses obtiveram vantagens econômicas e políticas com o espírito de independência, em especial, na América espanhola. Emissários britânicos percorreriam as ex-colônias da Espanha para se informarem da situação política e social de cada nova República que se constituía, fazendo com que o *Foreign Office* tivesse informações seguras a respeito da região. Por meio dessas informações, Canning decidiu-se pela consolidação de relações

comerciais com Buenos Aires, em julho de 1824; com a Colômbia e o México em dezembro do mesmo ano. A influência inglesa nessas nações, inclusive, alcançou o século XX na economia e na política. Os interesses britânicos voltavam-se, especialmente, para a América Central, mas também para o Brasil, o Chile, o México e a região do Prata.

Já os franceses se interessaram, em menor grau, pelo México e pelo Prata. De acordo com Robert Freeman Smith, não só os ingleses fizeram sentir a sua presença na América do Sul independente, o que devia preocupar os norte-americanos, os quais se mantiveram arredados dos processos de emancipação dos seus vizinhos do Sul. Segundo Smith, a presença européia tornou o mar das Caraíbas seu espaço, pois diversas ilhas eram colônias da Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Inglaterra e Suécia (2001, p. 609).

As intervenções das potências européias aconteceram, assim, até a década de 1890. Essas intervenções variavam no uso da força militar conforme a intensidade exigida pelos interesses então disputados. Elas defendiam prerrogativas européias no continente americano através de diferentes formas de retórica, mas coincidiam na ação. Preservavam-se aqueles interesses por meio de intervenções militares, as quais mantinham a influência da Europa na América do Sul. Tais intervenções podiam se apresentar como mediações de conflitos entre países vizinhos na América ou mesmo como atos de proteção de cidadãos europeus que reclamavam maus-tratos e rudezas de governos sul-americanos.

A reclamação era algo comum, visto que a prática internacional no século XIX visava a proteção de propriedades e de vidas de nacionais em terras estrangeiras, bem como a promoção de padrões civilizados de comportamento. Em caso de qualquer ato ofensivo aos seus nacionais, haveria ações militares como punição aos patrocinadores de ataques a estrangeiros ou de interferência no comércio internacional. A própria supressão do tráfico transatlântico de escravos se inscrevia na promoção de comportamento civilizado. Outros tipos de reclamações também motivavam intervenções militares européias na América do Sul.

As reclamações financeiras de europeus em terras americanas geraram também muitas intervenções. As ações britânicas e francesas no Prata, entre 1836 e 1850, exemplificam o argumento. Elas duraram mais de dois anos e foram bloqueios navais contra Buenos Aires, os quais ocorreram em 1836, promovidos pela França, e no ano de 1845, como movimento conjunto de franceses e de ingleses. Todos, porém, se baseavam no revide ao comportamento de Juan Manuel de Rosas. Vale lembrar que esse líder argentino feriu interesses estrangeiros e incomodou seus vizinhos brasileiros e uruguaios.

A França também bloqueou o porto de Veracruz, em abril de 1838. O governo do México se recusou a pagar uma conta de 600 mil pesos, derivados de diversas reclamações

dentre as quais a invasão da loja de propriedade de cidadão francês. O episódio tornou-se conhecido como *Guerra de los Pasteles*, pois sua principal reclamação deu-se contra um oficial do exército mexicano, o qual teria comido tortas que, juntas, somavam algo em torno de 800 pesos.

Em 1861, Espanha, França e Inglaterra cobraram cerca de 80 milhões de pesos, referentes a dívidas e reclamações. Na ocasião, o monarca francês Napoleão III autorizou o desembarque de soldados para empossar Maximiliano da Áustria como imperador. Espanha e Inglaterra se retiraram da operação, permanecendo no país americano, a Legião Estrangeira e 34 mil soldados regulares (SMITH, 2001, p. 610).

Maximiliano da Áustria permaneceu no poder até 1867, quando o monarca Napoleão III compreendeu os riscos de um império francês na América. Além do que, as complicações na Europa avançavam vertiginosamente e os Estados Unidos terminavam sua guerra civil com a vitória do Norte. Os estadunidenses liberavam, desse modo, boa parte do exército para operações em outros lugares. Mas, com a saída das tropas francesas, Maximiliano foi fuzilado e a Imperatriz Carlota, que já se encontrava na Europa, foi enviada para um manicômio.

A Espanha, por seu turno, desejava reaver seu domínio imperial no continente. Os espanhóis assumiram o controle de Santo Domingo em 1861 permanecendo lá até 1865. Os espanhóis tomaram o poder nas ilhas Chinha, ao largo da costa do Peru, em 1863. Pretextava-se atender reclamações de seus cidadãos. Contudo, enfrentou uma frente comum vitoriosa formada pela Bolívia, Chile, Equador e Peru. Observa-se que Chile e Peru eram rivais.

Ao longo desses acontecimentos, os Estados Unidos permaneceram arredios e pouco se envolviam com as questões internacionais na região. Quando das independências na América do Sul, os estadunidenses preocupavam-se com a restauração da antiga ordem de autoritarismo político e de mercantilismo econômico. Mas temiam confrontos com a França e com a Inglaterra em função de sua limitação militar e também por conta de preocupações com conflitos domésticos.

Somente em dezembro de 1823 se prefigurou um esboço de sistema americano com a declaração do presidente Monroe. Na sua declaração, ganhavam destaque a liberdade civil, política, religiosa e também os princípios econômicos liberais. Na verdade os ideais sofreriam mudanças quando deparados com a política de poder internacional. No último caso, acentuou-se a rivalidade entre Estados Unidos e Inglaterra. A rivalidade era motivada porque ambos os países desejavam influenciar a América do Sul.

A partir de meados da década de 1840, o Texas insuflou interesses ingleses e norte-americanos. Essa província se separou do México e agentes ingleses encorajavam texanos a não se juntarem aos Estados Unidos. O governo da ex-província, porém, aceitou a anexação provocando a guerra contra o México.

Os expansionistas norte-americanos entendiam que o vasto território entre o Pacífico e o Texas aguçava as ambições européias e, também, colocava em risco o Destino Manifesto estadunidense que previa o avanço norte-americano do Atlântico ao Pacífico (SMITH, 2001, p. 611-612).

Com a vitória na guerra contra o México, os Estados Unidos se voltaram para o Caribe. A área era entendida como rotas de trânsito que cruzavam a América Central e permitiam a expansão até o Pacífico. Nela, Estados Unidos e Inglaterra se confrontaram mais uma vez e os ingleses tomaram a ilha de Roatán, ao largo da costa setentrional de Honduras, em 1836. De acordo com Robert Freeman Smith (2001, p. 612), o governo britânico restabeleceu o protetorado sobre os índios Mosquitos ao longo da costa oriental de Honduras e da Nicarágua em 1843.

Em 1846, os Estados Unidos negociavam com Nova Granada, o Tratado Bidlack, que estabelecia direitos iguais para cidadãos de Nova Granada e estadunidenses no sentido de atravessar o istmo do Panamá. Com o Tratado, os norte-americanos ganhavam duplamente, posto que assegurasse o livre trânsito e a neutralidade do istmo. Porém, o governo inglês reagiu no ano de 1848, ao consolidar o protetorado de Mosquito, com a ocupação da cidade de San Juan, que passou a se chamar Greytown.

Essa ocupação encorajou um oficial inglês que, em 1849, invadiu a ilha Tigre, no golfo de Fonseca. A atitude isolada criou clamor nos Estados Unidos e provocou o repúdio do governo britânico. Logrou, porém, a abertura de negociações que resultaram no Tratado de Clayton-Bulwer, assinado em 19 de abril de 1850. Este Tratado determinava que:

(...) nenhuma das partes “ocuparia”, “colonizaria”, ou exerceria “domínio” sobre qualquer porção da América Central. Estipulava ainda que, no caso de ser construído um canal no futuro, nenhum país poderia fortificá-lo ou exercer controle exclusivo dele (SMITH, 2001, p. 612).

O Tratado, ao menos no começo, de nada adiantou. A Inglaterra anexou a ilha de Roatán e outras adjacentes a Colônia das Ilhas Bay, em 1852. Os estadunidenses reclamavam traição e, em 1854, bombardearam Greytown como vingança ao ataque sofrido por um diplomata estadunidense. Havia rumores de guerra, que não se concretizou porque a América Central não era prioridade para o governo britânico, o qual se preocupava com a Guerra da

Criméia. Tanto que, em 1856, assinou-se novo tratado, pelo qual a Inglaterra cedia as ilhas Bay a Honduras e renunciava ao protetorado de Mosquito.

Apesar de os Estados Unidos não ratificarem o tratado, os ingleses resolveram a questão centro-americano em obediência a ele. A Inglaterra somente não atendeu a uma reivindicação, transformando Belize nas Honduras Britânicas, em 1862. Posteriormente, de acordo com Robert Freeman Smith (2001, p. 612), quarenta anos a partir daquele ano, para ser mais exato, os norte-americanos dominariam a região.

Aliás, o presidente estadunidense James Buchanan defendia que o seu país deveria exercer papel de polícia na América Central e no Caribe, sob pena das potências européias o fazerem. Buchanan, inclusive, pediu autorização ao Congresso para usar força armada na América Central e no Caribe. O Congresso negou a autorização. Os Estados Unidos afirmariam poder de polícia no Caribe somente quando passados cinquenta anos, através do corolário Roosevelt.

Acredita-se que Salvador de Mendonça possuía esses referenciais do passado das relações internacionais dos Estados Unidos, quando pronunciou aquele discurso. Mendonça apresentava, dessa forma, sua concepção de uma América republicana, na qual as nações seriam soberanas nas suas relações e que cimentariam sua cordialidade através do livre comércio.

Salvador de Mendonça trabalhou vinte e três anos² naquele país e apreendeu com maestria as angústias e crenças dos estadunidenses. O seu segundo matrimônio, o qual culminou na sua viuvez, ocorreu com uma jovem norte-americana. Mendonça também acompanhou, muito de perto, as alterações de sentido da Doutrina de Monroe, bem como o comportamento estadunidense com as demais nações americanas.

Dentro desse ambiente de experiências, Salvador de Mendonça refletiu a inserção internacional do Brasil sob a bandeira republicana da qual foi co-participante, como relata em artigo de 12 de março de 1913, publicado no Imparcial:

Em S. Paulo, depois que Saldanha Marinho deixara a Presidencia da Provincia, mantivera commigo durante um anno uma correspondencia semanal, na qual communicavamos um ao outro tudo quanto chegava ao nosso conhecimento acerca da propagação da ideia republicana. Essa correspondencia, que é possivel que, pelo menos em parte, ainda venha á luz, é um verdadeiro repositório de todas as manifestacoes de repulsa ao regimen Monarchico, em toda a extensão do Brasil (...)

² Do ano de 1875 ao de 1898, quando foi exonerado.

No mesmo Imparcial, de 8 de junho de 1913, Salvador de Mendonça lembra-se das listas secretas apresentadas ao Clube Republicano e de uma particularmente. Nesta, Mendonça informa que:

(...) Seja-me apenas licita uma indiscreção, visto haver Quintino se referido a essa exceção: na primeira linha da segunda pagina na lista de Pompilio de Albuquerque figura o nome de Floriano Peixoto, que portanto já era Republicano dezoito annos antes da proclamação da Republica

Artur Vieira Peixoto e Francolino Camêu (1983, p. 49-50), o primeiro, cunhado e primo de Floriano Peixoto, informam que Pompilio de Albuquerque procurava reunir forças republicanas capazes de tomar o Rio de Janeiro após a ida de Pedro II para a Europa. Albuquerque, com este propósito, alistava os oficiais do exército enquanto o tenente Rosa Júnior procedia de igual forma na Armada. Camêu e Peixoto, sem citar a autoria do artigo, deram esta informação, ao comentar este artigo do Imparcial. Eles somente lembravam que Quintino Bocaiúva havia dito ser a sua amizade com Floriano Peixoto de longa data, estando o nome de Peixoto registrado entre os papéis mais antigos do arquivo de Bocaiúva.

O olhar de Salvador de Mendonça, na qualidade de militante republicano, alcançava muito dos atores e dos cenários que embalavam a, ainda prometida, República brasileira. Deve-se observar, porém, que Mendonça acreditava nas promessas de futuro da República até no plano religioso porque frades paulistas, companheiros de crença do padre Feijó, faziam sua propaganda. Mas ele não informava os planos de Pompílio de Albuquerque, o qual desejava a tomada de poder quando da ida de Pedro II para a Europa. O militante republicano desconhecia os propósitos de Albuquerque, denunciados por Artur Vieira Peixoto e Francolino Camêu, ou era mais cômodo para ele esquecê-los?

Salvador de Mendonça propalava a doutrina democrática que também aparecia na forma de discursos na Assembléia de São Paulo. Nesta Assembléia, homens públicos como Campos Sales, Jorge de Miranda e Martinho Prado Junior a defendiam ardorosamente e faziam crer que a República se daria pela via parlamentar como manifestação da vontade da nação brasileira, então sedenta de modernidade para o país. Aliás, segundo Fábio Murici dos Santos (2005, p. 3-11), parcela significativa dos intelectuais reformistas brasileiros também estavam munidos desse desejo de democracia e modernidade, o que provocava neles uma antipatia a Monarquia, entendida como fator principal do atraso industrial e tecnológico do

Brasil. Para Murici dos Santos, existia como pano de fundo desses sentimentos, uma concepção otimista de América que se associava aos Estados Unidos, onde a criatividade e a liberdade dos homens estariam plenamente garantidas para a construção de um Novo Mundo. Os estadunidenses também inspiravam a crença no individualismo, o qual seria capaz de liberar as energias humanas promovendo a virtude da autoconfiança. O homem comum norte-americano aparecia como responsável pela realização da sua própria história, tornando sem sentido a tutela de uma aristocracia. O poder, igualmente, se encontrava regulado por valores baseados na crença do esforço individual e pelo respeito a diversidade de práticas e opiniões sobre a realidade.

Fábio Murici dos Santos continua o desenho do quadro referencial dos Estados Unidos que teria inspirado aqueles intelectuais, dos quais Salvador de Mendonça fazia parte, como já indicado. Nesse quadro referencial tinha-se, em grande medida, uma rejeição às aristocracias ou a qualquer classe que não houvesse conquistado riquezas e sucessos por mérito. A ociosidade e a ostentação eram, igualmente, tidas como comportamentos viciosos. Estas concepções tornaram-se mais claras quando Thomas Jefferson disputou o poder com Alexander Hamilton. Jefferson defendia que, para a realidade social estadunidense, eram irrelevantes quaisquer mecanismos de controle, os *checks and balances*, da Constituição de 1787, inspirados nas propostas de Montesquieu. O argumento a respeito da nulidade desses mecanismos de controle se baseava na idéia de que não se precisava temer o povo, como acontecia na Europa ou Velho Mundo. Neste, as aristocracias desejavam o controle político para impedir uma possível guerra de classes. Na América, a realidade seria diferente, pois o aludido conflito de classes não existia dado o fato da propriedade não estar relacionada ao poder, estando vinculada a liberdade, a pedra angular do exercício republicano que deveria estimular a ação popular sob regras consensuais estabelecidas pela maioria. De acordo com Santos, essas questões também se manifestaram na vida pública ibero-americana, mais precisamente a respeito do papel das elites em meio às crises civis correntes no continente.

Maria Ligia Coelho Prado (2002, p. 10-16) percebe a importância dos Estados Unidos para essa intelectualidade reformista brasileira por um prisma distinto do apresentado por Fábio Murici dos Santos. Prado defende a existência, entre os intelectuais brasileiros, de uma idéia de duas Américas distintas, sendo a de colonização espanhola tida por inferior a colonizada pelos portugueses. Tal compreensão criou um fosso que separava os brasileiros dos demais americanos do sul. Distinção que não cessou com a instalação da República, a qual, para a autora, deveria promover uma nova representação dos vizinhos do Brasil, invertendo “o sinal de negativo para positivo”. Mas as diferenças imagéticas continuaram no

período republicano, surpreendentemente, através dos argumentos utilizados na época da Monarquia. Prado alicerça parte de suas constatações no fato da historiografia brasileira mostrar que os republicanos não produziram um discurso distinto o suficiente para opor, fortemente, esses dois períodos políticos. A República seria devedora dos princípios positivistas e, por isso mesmo, ela era entendida como uma etapa necessária ao progresso da nação. Ou seja, a monarquia foi superada sem a necessidade de destruir o seu legado ao Brasil, a começar pela asseverada "manutenção da unidade e grandeza do território". Uma das conclusões que seguem dessa superação é a permanência impoluta da figura de Pedro II, ao qual eram atribuídas as qualidades de monarca bem intencionado e regente preocupado com os problemas nacionais. Outra possível consequência relaciona-se a idéia do Império ter sido uma exceção positiva no conjunto das nações sul-americanas; idéia que permaneceria inalterada na República.

Dado esse conjunto de permanências das representações do Império, a aproximação da República do Brasil com os Estados Unidos pode significar, além da afirmação do novo regime brasileiro, um aprofundamento das trajetórias históricas que afastavam a América portuguesa das nações hispano-americanas na perspectiva de uma parcela significativa da intelectualidade brasileira. No tocante ao campo das idéias, Maria Ligia Coelho Prado informa que aconteceu, no Brasil republicano, uma tímida aproximação oficial com a América espanhola através da iniciativa de um concurso público para a elaboração do primeiro manual escolar de História da América. Rocha Pombo foi o único concorrente a esse concurso tendo seu texto aprovado e, posteriormente, publicado com o parecer positivo de Manuel Bomfim. Nesse ambiente, em que o Brasil estava de costas para a América do Sul, Salvador de Mendonça labutava diplomática e/ou intelectualmente pelo regime democrático brasileiro, tendo por referencial o modelo estadunidense. O aludido regime restaria frustrado na sua realização e Mendonça o analisaria nos seus fracassos guardando boas lembranças do monarca, mas possuindo más impressões da Monarquia.

No tocante ao regime democrático no Brasil, Salvador de Mendonça informa que a doutrina democrática era acolhida na forma de correntes de opinião, no Norte e no Sul do país. Saldanha Marinho o comunicava sobre correspondências entusiasmadas de republicanos paraenses e do Rio Grande do Sul. Marinho, inclusive, já era reconhecido como líder republicano e, no Rio de Janeiro, como observa Mendonça, em artigo de 6 de julho de 1913, no *Imparcial*:

Ao chegar ao largo de S. Francisco de Paula, não raro o aguardava um grupo de mais de uma dúzia de pessoas, ali retidas pela presença do tilbury, só com o fito de o cumprimentarem ou lhe dirigirem uma phrase amistosa. Entre os seus admiradores, havia gente de toda a classe, principalmente crescido numero de estudantes de todas as escolas (...) E que toda a população dir-se-hia esperar delle alguma cousa nova em beneficio da Nação. Conheciam todos a sua hombridade, o seu desinteresse, o seu patriotismo. Se delle não viesse alguma melhora para a cousa publica, de quem poderia vir?

Mas as promessas de futuro da Republica brasileira, desenhadas por Salvador de Mendonça, não se cumpriram. A proclamação do novo regime no Brasil falhou justamente no campo do patriotismo, no qual vislumbrava aquelas virtudes atribuídas a Saldanha Marinho. Promoviam-se, assim, desencantamentos que culminaram em um futuro de incertezas para os quais João Cruz Costa (1974, p. 45-48) encontrava explicações. Cruz Costa entendia a República como uma nova composição das classes dominantes, das quais emergiram setores interessados em dominar o Estado para colocá-lo a seu inteiro dispor. Esses setores construíram alianças com uma nascente classe média que se construía em torno das Forças Armadas, levando Aristides Lobo a afirmar que a instalação do novo regime “foi deles (dos militares), deles só” (apud COSTA, 1974, p. 46).

Cruz Costa adverte, igualmente, que a República brasileira nascia limitada e assim permaneceria ao longo de trinta a quarenta anos de sua existência. Ela não transformaria a ordem política do Brasil, falhando no campo jurídico e social. Basta lembrar que parte significativa das instituições governamentais e da legislação do novo regime vinha da Monarquia, mais precisamente do Segundo Reinado. Ainda, segundo Costa, a República teve o mérito de desnudar o poder das oligarquias regionais até então encoberto pelo véu do patriarcalismo monárquico. A este respeito, Raymundo Faoro (2001, p. 516-517) argumenta que o novo regime provocou mudanças significativas na estrutura de poder porque rompeu com o conteúdo ideológico, substituindo-o pelos vínculos de classes. Faoro comenta que, na época do Trono, homens sem posses, como o visconde do Rio Branco, ascendiam a posições proeminentes visto que não disputavam contra interesses poderosos e indicavam sua fidelidade política ao Imperador com vistas a ocupar uma vaga no Senado vitalício. Com a República, o processo mudaria no sentido de prevalecer os objetivos de grupos como os fazendeiros de café de São Paulo. João Cruz Costa e Raymundo Faoro constroem argumentos por métodos distintos, mas concordam que o regime implantado em 1889 desnudou o poder de oligarquias regionais, as quais jogariam papel importante no cenário político, observado e vivido por Salvador de Mendonça.

Salvador de Mendonça analisa e constrói explicações sobre o desenvolvimento da República brasileira dentro desse conjunto de derrotas e vitórias do regime que substituiu a Monarquia. Mendonça se preocupa, sobretudo, com as promessas de futuro não cumpridas e a continuidade de práticas e representações de idéias acerca do Brasil. Neste caso específico a inserção do país na América, tendo os Estados Unidos por potência hegemônica do continente. Suas análises são feitas por meio de referenciais adquiridos ao longo de sua experiência diplomática e de militante do regime democrático, promovendo indagações sobre as razões das falhas do regime que substituiu a Monarquia em 1889. Mendonça pretendia vislumbrar um futuro sem as incertezas que tanto o incomodavam e, segundo ele, também, aos brasileiros.

Esse presente nublado, que inicialmente pode parecer uma forma demasiado subjetiva e turva, indica o horizonte de expectativas de Mendonça. Neste horizonte, construído por idéias que se compõem e recompõem em seus artigos jornalísticos, apresentam percepções sobre o Brasil e os Estados Unidos contemplando práticas diplomáticas norte-americanas e brasileiras bem como denúncias acerca de atores e cenários nos quais se desenrolaram tramas de poder. As narrativas do autor pesquisado, nesse sentido, desnudam relações de personagens com o poder de modo a elucidar representações sobre as falhas da República no Brasil, apesar dos discursos guardarem muito de paixões e subjetividades.

À Guisa da conclusão: República brasileira e estadunidense, questões do regime democrático

Para Salvador de Mendonça (1913, p. 1), a República do Brasil não passava de um ensaio mal feito. As instituições eram frágeis e a política vista, por boa parte dos brasileiros, como uma prática corrupta. Mendonça (1913, p. 1) refletia as fragilidades do regime por meio da falta de consciência histórica e política do povo. Fragilidades que apareciam com maior clareza no começo do século XX, o momento da fala de Salvador de Mendonça, quando o movimento republicano havia deixado claro quais os setores beneficiados e os prejudicados por ele. As classes rurais, vinculadas aos grupos importadores, faziam parte dos agraciados pela República e os industrialistas, com discurso nacionalista e protecionista, os onerados. Uma parte dos brasileiros se indispunha com o novo regime e dirigia suas críticas, em particular, às oligarquias paulistas que compunham a maioria do primeiro grupo, o dos importadores. No começo daquele século, republicanos desencantados analisavam a falência da República do Brasil. Salvador de Mendonça, na qualidade de republicano desencantado, escrevia sobre a experiência desse regime no Brasil. Mendonça reconstruía, a partir da sua compreensão dos fatos, a história republicana brasileira. No artigo intitulado “A abdicação do

sr. D. Pedro II”, de 1913, ele recordava as palavras do conselheiro Saraiva ao Imperador, como indicativo das condições adversas ao surgimento da República que, inevitavelmente, se realizaria:

(...) O Imperador recebera o Conselheiro Saraiva com manifesta satisfação, e fazendo-o sentar perto de si, ouvira de sua boca, pouco amiga de cortezanias, mas sempre leal, sincera e respeitosa, a exposição clara e franca da situação política. A República ali vinha e nada estava preparado para recebê-la. Assustava-o a perspectiva da anarquia e o desencadeamento das paixões. Era preciso ir ao seu encontro para se evitarem os abalos que fatalmente acarretaria. – “E minha Filha?” inquiriu o Imperador comovido. – O reinado de Vossa Filha não é deste mundo”, respondeu o Conselheiro Saraiva (...)

Como indica Salvador de Mendonça no artigo, setores das elites políticas do Segundo Reinado compreenderam, a certa altura, que a República era fava contada. Para Mendonça, alguns homens públicos, como o Conselheiro Saraiva, eram lúcidos o suficiente para sugerir mudanças institucionais que preparassem o Brasil para o advento do novo regime. Mas as correções institucionais não foram feitas e a República surgiria com equívocos, pois o ambiente não lhe era propício. Para piorar, o povo brasileiro era analfabeto e não compreendia a profundidade das mudanças operadas na vida civil tampouco seu alcance na história nacional. De algum modo, na fala de Salvador de Mendonça a República surge como um passo de superação da Monarquia, como naquele espírito positivista sugerido por Maria Ligia Coelho Prado, mas sem um caráter romântico porque Mendonça entende que a Monarquia não preparou seus súditos para assumir e responder por seus atos como ocorreria com os cidadãos estadunidenses. Não existia, assim, o cidadão brasileiro posto que este não tivesse uma consciência civil e patriótica.

O não comprometimento popular com o regime que substituíra a Monarquia, inclusive, partia dessa falta de consciência civil e patriótica. Sem o desejar, pelo menos intencionalmente, o povo dificultava as ações dos republicanos de boa-fé, os quais não logravam governos capazes de organizar o país sob o signo do regime democrático produzindo uma imagem de desequilíbrio das forças que mantinham o poder. Mas, entre os republicanos, também ocorriam erros de análise. Salvador de Mendonça, em artigo de 25 de maio de 1913, no *Imparcial*, rememorava a organização da República do Brasil e sua inoperância em aproveitar “(...) o conselheiro Jose Antonio Saraiva para seu Thiers (...)” posto ele ser o “(...) o estadista do Imperio mais sagaz (...)”.

Contar com políticos do regime decaído não era procedimento incomum na novel República, fato que João Cruz Costa (1974, p. 47-49) compreende como sendo prova de um

espírito de ambição, audácia, aventura e enriquecimento próprio ao regime que substituíra a Monarquia. Cruz Costa informa que, talvez por influência desse espírito, os conselheiros Saraiva e Paulino Soares de Sousa tenham, tão prontamente, se condicionado ao novo regime. Salvador de Mendonça, ao contrário, atribuía o vício não à República, mas aos adesistas. Mendonça lembrava que, após a proclamação, existiam mais oportunistas e menos republicanos de direito e fato incorporados ao regime. Ele reconhecia a adesão de oportunistas à República, mas discordava do senador Rangel Pestana que afirmava a existência de apenas dois republicanos antes da proclamação.

O número de defensores desse regime era reduzido, mas o senador desprezava o espírito democrático, próprio da alma americana, no Brasil. Eduardo Scheidt (2006, p. 1) explica que o termo alma americana, de uso corrente em Salvador de Mendonça, compunha uma longa lista de representações sobre a América então recorrente durante o século XIX. Estes termos, segundo Scheidt, indicavam sentidos essencialmente políticos e eles se articulavam, normalmente, a outras palavras como independência, liberdade, nação, república e revolução. Dessa forma, alma americana expressava menos a condição de ter nascido no continente americano senão que um defensor da independência e do republicanismo em contraposição a monarquia identificada ao colonialismo europeu. Em artigo do Imparcial, datado de 18 de maio de 1913, Salvador de Mendonça afirma que:

Pondo de parte as tentativas frustradas de Pernambuco e de Minas – no XVIII Seculo e os movimentos revolucionarios de 1817 e 1824 em Pernambuco e no Sul, no Centro e no Norte, a Guerra dos Farrapos, o movimento de São Paulo e as revoluções dos Luzias e dos Praeiros – factos historicos que claramente demonstram ter existido entre nós, desde os tempos Coloniaes, o espirito de democracia, que se poderia chamar a alma da America, - pôde-se, sem receio de contestação, afirmar que de 1860 a 1890 houve no Brazil outros Republicanos. Não se contavam por muitas dezenas, mas foram mais de dous.

Salvador de Mendonça respondia ao senador Rangel Pestana ao mesmo tempo em que fornecia indícios para pensarem-se as razões do espírito democrático, próprio da alma americana, não triunfar no Brasil. Esta alma americana e/ou espírito de liberdade era uma representação recorrente de Salvador de Mendonça. No periódico A Legenda, de 21 de agosto de 1860, Mendonça afirmava que:

(...) O espirito de liberdade, innato no coração dos Brasileiros, revoltou-se contra as tendencias para o despotismo. Surgiu essa opposição enriquecida por tantos talentos illustres e que, na expressão de um joven escriptor, teve por luzeiro de seus triumphos a palavra luminosa do Mirabeau do Brasil: no Senado foram os mais proeminentes membros Vergueiro, Paula Souza e Costa Ferreira, que aproveitando-se das garantias concedidas pelo regimento da casa, embargaram durante grande numero de sessões os projectos reaccionarios do governo, que tinha em mente destruir os effeitos salutaes do glorioso 7 de abril e reconduzir o paiz ao estado anomalo, em que havia jazido por longos annos.

No artigo citado, Salvador de Mendonça criticava práticas da Monarquia, como homenagens a homens públicos sem serviços pela pátria e defendia a idéia da imprensa ser o depósito do pensamento humano. Mendonça apelava a esse depósito no sentido de salvaguardar a memória dos políticos que julgava dignos de nota porque teriam corroborado com a afirmação do espírito democrático na nação brasileira, ainda sob o signo da Monarquia. Neste ponto do discurso, o autor estudado não fornece contribuições originais para se pensar o período em tela, mas comunga de opiniões correntes entre os republicanos, como as considerações de Oscar Araújo e Suetônio de que os males do Império deviam-se mais a instituição do que ao imperador, sendo este último uma “vítima ilustre” (VIOTTI, 1999, p. 387-388).

Ao homenagear esses homens públicos, Salvador de Mendonça revelava sua crença em um espírito de liberdade próprio aos brasileiros. Mais tarde, entenderá esse espírito como sendo uma alma americana também presente no Brasil. Alma que seria obliterada com o sacrifício do regime democrático.

Salvador de Mendonça (1913, p. 3) compreendia que a adesão de oportunistas ao novo regime, o analfabetismo do povo, a ausência de um ambiente institucional consolidado e os erros dos republicanos sacrificaram o regime democrático ou republicano. Deve-se considerar, ainda, que um regime democrático não prescinde da rigorosa obediência à lei escrita. Mas como exigir esse rigor em terra de analfabetos? A obediência à lei asseguraria também, defesas contra revoluções porque os pressupostos da organização nacional atenderiam a todas as demandas e interesses.

No caso particular de se disputar o mando sobre os demais cidadãos, a lei regularia o acesso ao poder. A representação não seria maculada, pois a única alternativa para alcançar o poder seria o voto que, por seu turno, se equilibrava na liberdade do seu exercício por parte do cidadão. Parte-se do pressuposto que os estadunidenses conseguiram transformar um conjunto

de princípios políticos em valores sociais como, por exemplo, transmutaram liberdade pública em liberdade civil e o espírito público em bem-estar individual do maior número. Esse fenômeno teve sua força na opinião pública que governava uma sociedade democrática igualitária. Dessa forma, os norte-americanos possuíam como prática corrente, a correção de desvios na vida pública com a certeza de manter a estabilidade do regime, o maior desejo dos políticos do século XIX. Desejo que, como visto também se manifesta nas representações de Salvador de Mendonça.

No conjunto das representações de Salvador de Mendonça sobre o tema acima aludido, se pode recorrer a dois exemplos para se pensar a liberdade do exercício do voto e suas conseqüências na vida civil. O primeiro se relaciona ao Brasil do Segundo Reinado e o último ao segundo governo do republicano Ulysses Grant. No primeiro caso, Mendonça denuncia no jornal A República, de 14 de dezembro de 1871, cerceamentos a liberdades, pois:

O mais grave dos attentados que podem registrar os annaes de um povo, que se diz livre e regido pelo systema constitucional representativo, foi hontem acometido pelo governo do imperador.

A magestade da lei está ultrajada.

(...)

Sob a pressão das bayonetas da policia tem-se até hoje violado a urna, de que têm sahido os pretensos representantes do povo.

(...) *Sob a pressão das bayonetas do governo se hão representado as forças contristadoras do systema eleitoral do imperio.*

Nos Estados Unidos também ocorriam desvios na vida pública, como os da segunda administração do general republicano Ulysses Grant. Grant, seu secretário particular e o da Marinha desejavam esconder a malversação do dinheiro público, bem como implantar uma ditadura porque se registrou abuso de emissões de moedas que faliram bancos, corrupção nos fundos do governo para o desenvolvimento do Oeste, o incêndio de Chicago, o retorno do *spoils system* e revoltas indígenas.

Vale destacar aqui uma pequena ressalva a Salvador de Mendonça nas suas reflexões concernentes ao governo do general republicano Ulysses Grant. Mendonça se esquece que no governo de Ulysses Grant apresentou-se a Emenda XV da Constituição, a qual proibia o cerceamento do direito de voto fosse por motivo de cor ou por oposição de raça.

O povo dos Estados Unidos conteve os republicanos tornando os democratas a maior bancada da Casa dos Representantes. Salvador de Mendonça (1913, p. 4) compreendia que no Brasil, algo parecido com a iniciativa estadunidense, seria, ao menos imediatamente, impossível. Supunha, por isso, que a liberdade do voto era inexequível para os brasileiros, propondo, assim, o regime presidencial. Neste regime:

(...) as duas casas do Congresso elegessem o presidente da Republica e que pretendido voto popular elegesse apenas a Camara e o Senado Federaes. Dir-se-ha que ficaria tudo no mesmo. Em rigor assim é. Mas como os membros do Congresso são em geral tirados da classe mais educada, é mais provavel que tivessem tambem melhor de sua responsabilidade e mais independencia na eleição do chefe do Executivo. A lei Saraiva, que elevou o nivel do eleitorado brasileiro, chegou a dar raro espectáculo da derrota de membros do Gabinete (MENDONÇA, 1913, p. 5).

Como se percebe, a aludida união das duas Casas do Congresso, as quais escolheriam o Presidente da República, substituiria o voto popular, o qual formava a Câmara e o Senado Federais. Salvador de Mendonça estava certo que os parlamentares escolheriam, com mais consciência e liberdade, o chefe do Executivo por serem oriundos de classes mais educadas. Eles seriam cientes de suas responsabilidades como membros da Nação. Para Mendonça, valia a tese liberal que associava educação à ética.

Outro argumento para privilegiar o regime presidencial apoiava-se no pressuposto fracasso do parlamentarismo na experiência política brasileira durante o Império e, segundo Salvador de Mendonça, também na República. O povo brasileiro, que vivia sob o signo do parlamentarismo, não percebia nenhum impedimento institucional no sentido de barrar a interferência do Executivo nos demais poderes e, com isso, não se conseguia responsabilizar nenhuma das autoridades políticas nacionais:

(...) no Brazil depois da pratica do regimen parlamentar durante sessenta e sete annos, parece mais natural que continuassemos esse regimen representativo, substituindo o imperador pelo presidente da Republica, figura de prôa menos nociva pela impossibilidade de fazer o mal, quando o bem não fizesse, com os seus ministros responsaveis perante o Parlamento. No regimen actual que desfructamos e com as invasões do poder Executivo no terreno dos poderes Legislativo e Judiciario não ha responsabilidade effectiva de membro algum do Executivo. Dentro em pouco, - si já não é esse o facto, - o presidente da Republica será o poder unico do Brazil, com a engraçada alternativa de obedecer ao eleitor dos presidentes (MENDONÇA, 1913, p. 5-6).

Salvador de Mendonça compreendia ser necessário que as autoridades respondessem por seus atos diante de fóruns competentes. Com esta prática, Mendonça acreditava que a República brasileira não arriscaria a soberania do país, como já ocorria por falta de habilidade ao enfrentar perigos externos e internos, fazendo com que os únicos brasileiros satisfeitos com o regime fossem os beneficiados pelas grandes concessões alimentadas pelos órgãos do Estado.

Fontes de Salvador de Mendonça

Artigos no Imparcial

“A abdicação do Sr. D. Pedro II”. Rio de Janeiro, 12-3-1913.

"A República". *O Partido (I)*. Rio de Janeiro, 18-5-1913.

"A República". *O Partido (II)*. Rio de Janeiro, 25-5-1913.

"A República". *O Partido (IV)*. Rio de Janeiro, 8-6-1913.

“O Barão de Paranapiacaba”. Rio de Janeiro, 6-7-1913.

Artigo na Legenda

O Barão de Pindaré. São Paulo: 21-8-1860.

Artigo n´A República

Ainda a justiça d´El-Rei. Sobre o mesmo assunto. 14-12-1871.

Obra Completa

Situação Internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, D. B. de. “Relações interamericanas: a unidade na Guerra Fria” In ALMEIDA, J. (org.). *Caminhos da história da América no Brasil*. Brasília: ANPHLAC, 1996, p. 513-528.

CAMÊU, F. & PEIXOTO, A. V. *Floriano Peixoto: vida e governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983 (Coleção Temas Brasileiros, 44).

CRUZ COSTA, J. *Pequena história da República*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

DÖPCKE, W. “Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918)” In SARAIVA, J. F. S. (org.). *Relações internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: IBRI, 2001, V1, p. 105-172.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

LIMA, O. *Historia Diplomatica do Brasil: O Reconhecimento do Imperio*. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, s/d.

PRADO, M. L. C. “O Brasil e a distante América do Sul” Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/prado.html>, acessado em 07 de janeiro de 2008.

SANTOS, F. M. dos. “Um Éden germânico: Europa e América nas viagens de Oliveira Lima”. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/398.pdf>, acessado em 07 de janeiro de 2008.

SCHEIDT, E. “Pensando a América na Argentina durante o século XIX: os intelectuais utópicos Esteban Echeverría e Francisco Bilbao”. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/ensaio12.pdf>, acessado em 07 de janeiro de 2008.

SMITH, R. F. “Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930” In BETHELL, L. (org.). *História da América Latina, volume IV: de 1870 a 1930*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 609-649.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999 (Biblioteca básica).